

## *Negociações 2012*

# **Trabalhadores da AP poderão ganhar menos que o salário mínimo**

O **SITese/FESAP** reuniu hoje com o Secretário de Estado da Administração Pública, no Ministério das Finanças, em Lisboa, para mais uma ronda do processo de Negociação Geral Anual para a Administração Pública.

Desde logo importa frisar o facto de que as propostas apresentadas não respondem aos princípios orientadores que apresentámos para efeitos do procedimento de negociação de 2012, nomeadamente sobre a alteração ao diploma de Formação Profissional, ao SIADAP, à ADSE, às questões de natureza pecuniária, onde se incluem as pensões e o subsídio de alimentação, entre outros.

Com efeito, a par da proposta de alteração ao regime de mobilidade geral constante no art. 64.º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, a qual, diga-se, se aproxima da nossa reivindicação apresentada no âmbito da Negociação Geral para 2011, não são apresentadas pelo Governo quaisquer outras medidas que respondam às reivindicações dos trabalhadores representados pelo **SITese/FESAP**.

Se, por um lado, no capítulo da mobilidade, será justo reconhecer que o Governo avançou no sentido das nossas reivindicações no que concerne às alterações ao nº2 do artigo 64.º da já mencionada Lei 12-A, ao consagrar que a mobilidade na categoria poderá consolidar-se definitivamente com acordo do trabalhadores e por decisão do dirigente máximo do órgão ou do serviço de destino, por outro lado, não podemos deixar de afirmar a nossa veemente condenação às regras que o Governo pretende impor e que vão no sentido de, em alguns casos, os trabalhadores em mobilidade especial poderem vir a receber vencimentos inferiores ao rendimento mínimo mensal garantido.

O **SITese/FESAP** garantiu assim ao Governo que os trabalhadores da Administração Pública não assistirão sem reacção a mais um ataque sem quartel aos seus mais elementares direitos, prometendo a máxima mobilização no sentido de inverter esta desastrosa política de gestão de recursos humanos.

Finalmente, importa referir que o Governo admitiu desbloquear, por intermédio do Orçamento de Estado para 2012, a revalorização remuneratória na mobilidade entre carreiras mediante a realização de concurso.

Lisboa, 4 de Outubro de 2011